

Levandowski, D. C., De Antoni, C., Koller, S. H. & Piccinini, C. (2002).

Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações, 7(13), 77-100.

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão sobre a paternidade na adolescência e suas implicações para a interação entre pai e filho(a), em particular para eventuais riscos de comportamentos violentos. São abordados alguns aspectos relacionados à interação do pai adolescente com o seu filho(a) e os fatores de risco e proteção para a ocorrência de violência neste contexto. A literatura aponta que fatores individuais, relacionais e contextuais tanto do pai como da criança podem influenciar este fenômeno. Embora alguns autores apontem para os riscos de violência em situações envolvendo a paternidade adolescente, poucos são os estudos e as evidências que apóiam esta relação. A violência é um fenômeno multidimensional e, embora a paternidade de jovens possa contribuir para o seu surgimento, diversos fatores de proteção podem coexistir, impedindo o surgimento de violência nestas situações.

Palavras-chave: adolescência; paternidade; violência; interação pai-filho

Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança

O presente artigo se constitui em uma revisão da literatura enfocando a paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para o surgimento de comportamentos violentos na interação pai-filho(a). Serão abordados os aspectos relacionados à paternidade na adolescência, à interação do pai adolescente com o seu filho(a) e aos fatores de risco e de proteção à violência nesta interação.

A paternidade como objeto de estudo tem sido relegada a um segundo plano quando comparada ao interesse dos autores pela da maternidade. Levandowski (2001a), em uma revisão da literatura entre 1990 e 1999, aponta que a incidência de estudos sobre a maternidade é aproximadamente três vezes maior que sobre a paternidade. Essa situação parece ser decorrente da importância secundária tradicionalmente dada ao pai no desenvolvimento da criança (Elster & Lamb, 1986), relacionada à divisão tradicional de papéis parentais e à questão de gênero. Por questões culturais, ainda persiste em muitas famílias ocidentais a idealização destes papéis. À mãe, cabe o cuidado diário pelo bem-estar físico e emocional dos filhos e a administração de conflitos familiares, e ao pai, o sustento financeiro e a transmissão de valores morais, educativos e de autoridade. No entanto, a estrutura e o funcionamento das famílias estão em processo de mudança na sociedade atual, com tendência à maior simetria nas relações (Szymanski, 1997). Tais mudanças acarretam maior equilíbrio na distribuição de tarefas e no poder de decisão, levando a mulher para fora do ambiente doméstico na busca de recursos para o sustento da família e de sua realização profissional. Estas mudanças muitas vezes remetem os homens ao exercício de funções de cuidado com os filhos e com a casa, que antes eram do domínio da mulher. Outro fenômeno comum é a existência cada vez mais freqüente de famílias

monoparentais (comumente mãe e seus filhos), causadas pela existência de mães solteiras, separação de casais ou ainda devido ao abandono paterno. Estas novas alterações na estrutura familiar muitas vezes implicam numa sobreposição de papéis pela mulher, pois são raros os casos em que o pai assume sozinho estes papéis (Szymanski, 1997; Zamberlan, Camargo & Biasoli-Alves, 1997).

As mudanças nos tradicionais papéis socializadores da família têm gerado um aumento de estudos sobre a paternidade, em nível mundial (Robinson & Barret, 1982). Estas pesquisas têm apontado que a participação do pai tem conseqüências positivas para a família como um todo. Parke (1996) afirmou que a presença atuante do pai na divisão de tarefas domésticas e no cuidado direto aos filhos favoreceria o aumento do bem-estar da mãe, expresso em relatos de experiências mais positivas sobre sua maternidade. Alguns estudos demonstram ainda que a participação mais ativa do pai levaria a um melhor desenvolvimento social e intelectual da criança (Parke, 1996; Parke, Power & Fischer, 1980), a um melhor desempenho acadêmico (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000), e à redução de problemas e conflitos no ambiente escolar (Jorgensen, 1993).

Apesar desta crescente preocupação dos autores com a paternidade, pouca atenção ainda tem sido dirigida ao estudo psicológico da paternidade na adolescência (Fonseca, 1997; Levandowski, 2001a; Levandowski & Piccinini, 2002b), apesar da alta incidência de gestações nesta fase de desenvolvimento (Dimenstein, 1999; Soares, 1999; Steinberg, 1993). A adolescência é definida na cultura ocidental como a fase de transição entre a infância e a idade adulta, caracterizando-se por mudanças no desenvolvimento cognitivo, social, biológico e psicológico dos envolvidos. O adolescente precisa definir sua identidade sexual, profissional e pessoal, ampliar seu mundo social para além da família, através das amizades, do trabalho e das relações afetivas, bem como pensar de forma abstrata e lidar

com as transformações corporais (Steinberg, 1993). A iminência da parentalidade requer que o adolescente assuma um papel, para o qual ainda não está socialmente e psicologicamente preparado, podendo colocar a ele e a criança em situação de risco pessoal.

A literatura sobre violência intrafamiliar aponta para o risco de violência em famílias cuja mãe é adolescente (Cichetti & Toth, 1995; Farinatti, Biazus & Leite, 1993). Todavia não se encontrou estudos sobre o risco de violência na interação entre pai adolescente e seus filhos, seja por algum tipo de abuso (físico, emocional ou sexual) ou por negligência. Os estudos encontrados sobre o tema enfocam principalmente a questão do freqüente abandono entre pai adolescente e os possíveis danos para o desenvolvimento da criança (p. ex. Amazarray, Machado, Oliveira & Gomes, 1998). No presente artigo serão abordados os fatores de risco e de proteção existentes na interação entre o pai adolescente e o seu filho(a), especialmente os fatores que potencializam ou amenizam a violência que poderá ocorrer nesta interação.

Paternidade na adolescência

A partir de uma extensa revisão da literatura, Levandowski (2001a) e Levandowski e Piccinini (2002b) revelaram que a paternidade é considerada na sociedade ocidental como um evento de vida adulto. Sua ocorrência na adolescência (entre 14 e 19 anos) acarretaria problemas adicionais aos envolvidos, na medida em que não haveria uma organização social - incluindo a escola e condições de trabalho - para preparar e apoiar os jovens nas modificações necessárias decorrentes da chegada de um bebê (Montmayor, 1986; Russel, 1980). A família tem sido identificada em nosso contexto como a maior fonte de apoio aos pais e mães adolescentes (Trindade & Bruns, 1999; Levandowski,

2001b; Piccinini, Rapoport, Levandowski & Voigt, 2002), mas nem sempre os recursos propiciados por ela minimizam os problemas decorrentes da falta de outros agentes de apoio social e afetivo.

O pai adolescente passa a desempenhar simultaneamente dois papéis sociais aparentemente contraditórios: ser adolescente e ser pai (Elster & Hendricks, 1986; Nunes, 1998; Young, 1988). Ser adolescente implica um processo de busca da consolidação de um senso de identidade próprio (Erikson, 1976; Montmayor, 1986), a partir da experimentação de papéis sociais e sexuais, da ampliação do mundo social e da busca de independência dos pais (Hill, 1980; Outeiral, 1994). A identidade do adolescente consolida-se a partir da vivência de oportunidades para a tomada de decisões, nas quais exercita a autonomia e experimenta o aumento gradual da responsabilidade sobre os seus atos. Estas habilidades, entre outros fatores, promovem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, preparando o adolescente para assumir as tarefas da vida adulta. Por outro lado, ser pai implica assumir responsabilidades sobre escolhas de vida afetivas e laborais, restrição da liberdade, reclusão ou maior fechamento no grupo familiar (Hendricks, 1988; Nunes, 1998) e manutenção do vínculo de dependência com os pais (Teti & Lamb, 1986).

Ser adolescente e ser pai, portanto, dificilmente serão condições complementares ou confortavelmente concatenadas. Tal premissa indica que os adolescentes experimentariam mais eventos estressores do que os adultos ao se depararem com a paternidade (Belsky & Miller, 1986; Elster & Panzarine, 1983). As possíveis causas desta situação estressora estariam relacionadas à imaturidade psicológica (Belsky & Miller, 1986; Westney, Cole & Munford, 1986) e à falta de condições estruturais (ex. condições de sobrevivência e manutenção próprias e da família: emprego, escolarização, casa própria, etc.) para lidar com a nova situação. Diante de uma gravidez, em pouco tempo e de modo súbito, os adolescentes precisam assumir responsabilidades e desempenhar papéis que

estariam fora de seus planos de vida imediatos (Dallas & Chen, 1998; Trindade & Bruns, 1999).

Qualquer evento percebido como estressor, inclusive a paternidade na adolescência, pode predispor a resultados negativos ou indesejados (Cowan, Cowan & Schulz, 1996). No entanto, a trajetória do risco pode ser amenizada pelos mecanismos de proteção disponíveis e da resiliência de cada membro da interação frente a condições adversas. Características individuais (Rutter, 1990), sistema familiar (Walsh, 1996) e rede de apoio social e afetivo (Masten & Garmezy, 1985) têm sido apontados como os indicadores de proteção mais eficazes para a promoção de resiliência ou como os fatores de risco mais críticos para a instalação de condições de vulnerabilidade. Pais adolescentes mesmo diante da nova situação a ser enfrentada, que é percebida como de risco, podem fazer planejamentos, emitir ações com objetivos definidos e tecer estratégias de como alcançá-los. No entanto, a continuidade e a estabilidade dos mecanismos de proteção garantem o sucesso e a saúde na execução deste planejamento, uma vez que tanto a resiliência quanto a vulnerabilidade não são fenômenos permanentes no tempo e em todas as dimensões do desenvolvimento psicológico.

Alguns estudos têm salientado que mais pais adolescentes demonstram o desejo de auxiliar financeiramente e participar do cuidado da criança (Allen & Doherty, 1996; Robinson, 1988). Além disso, na interação com o bebê, podem ser tão responsivos quanto os pais adultos, pelo menos nos primeiros meses de vida do bebê (Levandowski, 2001a; Levandowski & Piccinini, 2002a), sentindo-se seguros e confiantes sobre seu desempenho em seu papel parental (Dellman-Jenkins, Sattler & Richardson, 1993). No entanto, cada adolescente lida com a situação da paternidade de forma única, dependendo de seus recursos pessoais, da rede de apoio social e afetiva, da relação com a mãe do bebê, entre outros aspectos (Allen & Doherty, 1996; Coley & Chase-Lansdale, 1998). Quando estes

fatores agem de forma protetiva, o adolescente poderá apresentar resiliência e ficar fortalecido e competente para assumir seu papel de pai. Assim, a proteção da família de origem e de uma rede social que ampare a ele, à criança e à mãe pode facilitar no enfrentamento da nova condição. Outro fator de proteção importante na paternidade na adolescência pode ser a interação de boa qualidade entre o pai e o filho. De acordo com Lamb e Elster (1986), a qualidade da interação está relacionada às características pessoais do genitor, mas também é fortemente influenciada por características da criança e do ambiente. Especificamente, esta habilidade poderia ser influenciada pelo desenvolvimento cognitivo do adolescente, por suas atitudes em relação ao cuidado de crianças, pela quantidade de seus conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, pelas características de seu bebê, pelos eventos estressantes vivenciados e sua capacidade de lidar com eles e pela presença ou não de uma rede de apoio social.

Todavia quando estes aspectos são ineficientes ou ausentes, a ação dos fatores de risco torna-se mais evidente. Alguns fatores de risco são mencionados na literatura como associados à paternidade precoce. Pais adolescentes têm sido descritos como estudantes que apresentavam desempenho escolar pobre, reprovações e interrupção dos estudos (Dearden, Hale & Alvarez, 1992; Fagot, Pears, Capaldi, Crosby & Leve, 1998), comportamentos delinquentes (Stouthamer-Loeber & Wei, 1998) e alta incidência de uso de álcool e drogas (Fagot et al., 1998). A presença de pensamento mágico e onipotente (Kiselica & Pfaller, 1993), que se refletiria, entre outras manifestações, no uso inadequado ou na ausência de métodos anticoncepcionais (Cerveney, 1996; Landy, Schubert, Cleland, Clark & Montgomery, 1983) e o fato de ter sido criado em famílias monoparentais ou naquelas em que o pai era afetivamente ausente (Allen & Doherty, 1996; Trindade & Bruns, 1999) são outros aspectos apontados como precursores da paternidade na adolescência. Evidentemente, todos estes fatores não podem ser dissociados do fato de ser

a adolescência um período de maturação biológica e social, que conduz a um maior interesse pelas questões relacionadas à sexualidade e à preparação para o início da atividade sexual (Montmayor, 1986; Steinberg, 1993).

Fatores apontados como precursores da paternidade precoce tendem a aparecer também como conseqüência deste fato. A paternidade na adolescência aumenta a ocorrência de abandono da escola (Marsiglio, 1986), de empregos mal remunerados ou desemprego (Nock, 1998), de problemas familiares, principalmente com a família de origem da mãe do bebê (Cervera, 1994; Furstenberg, 1980) e de conflitos no relacionamento do casal, podendo levar a altas taxas de separação (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Steinberg, 1993). A paternidade precoce impediria, ainda, a resolução das tarefas de desenvolvimento esperadas para a adolescência (Lewis & Volkmar, 1993), podendo gerar estresse (Elster & Panzarine, 1983), ansiedade (Buchanan & Robbins, 1990) e comportamentos delinqüentes (Stouthamer-Loeber & Wei, 1998).

Em relação ao desenvolvimento cognitivo, segundo Piaget e Inhelder (1970/1976), a capacidade para pensar de forma lógica e abstrata aparece na adolescência, caracterizando-se, entre outras aquisições, pela resolução de problemas sociais complexos. Assumir um papel parental, antes de alcançar este nível de pensamento, pode ter conseqüências negativas para os pais e mães adolescentes (McKinney, Fitzgerald & Strommen, 1977). Isto porque a imaturidade cognitiva do jovem, aliada ao processo de busca de consolidação da sua identidade e às importantes tarefas psicossociais próprias do período adolescente, contribuiria para a manutenção do “egocentrismo” no adolescente, o que poderia dificultar uma avaliação realista das necessidades do bebê como mais urgentes do que as suas próprias. Neste contexto, a qualidade da interação pode ser ameaçada, pois o adolescente desvia a atenção do bebê, preocupando-se primordialmente consigo mesmo (Elster & Lamb, 1986; McArney, Lawrence, Aten & Iker, 1984). Contudo, o estudo de

Levandowski e Piccinini (2002a) contradiz estas sugestões da literatura, ao não mostrar diferenças significativas na interação de pais adolescentes e adultos com seus bebês, pelo menos no terceiro mês de vida do bebê, quando os pais dos dois grupos se mostraram envolvidos de modo semelhante na interação com o bebê.

As atitudes em relação aos cuidados do bebê podem também ser negativamente influenciadas pelo desconhecimento dos estágios de desenvolvimento infantil (Lamb & Elster, 1986). Este fato geraria no adolescente expectativas errôneas em relação às capacidades do bebê, e por sua vez, atitudes paternas não apropriadas devido à falta de conhecimento. Por um lado, o adolescente pode subestimar as capacidades da criança, avaliando-a como deficiente e incapaz, e por outro lado, pode vir a superestimar suas capacidades, exigindo da criança mais do que pode realizar (Harris, 1998; Lamb & Elster, 1986). Estes conhecimentos limitados sobre o desenvolvimento infantil podem ser devido a uma menor quantidade de contato e experiências com crianças, como também por ter menos tempo de escolarização (Dennison & Coleman, 1998; Young, 1988). Para Lamb e Elster (1986), o escasso conhecimento afetaria não só as atitudes em relação à criança, como também a satisfação dos adolescentes com o papel parental. No entanto, segundo Parke, Power e Fisher (1980), o desconhecimento muitas vezes se limita apenas a algumas áreas (ex. o desenvolvimento motor, mas não o afetivo), não comprometendo integralmente a relação parental.

Obviamente as características psicológicas e comportamentais do bebê também influenciam na qualidade da interação pai adolescente-bebê (Lamb & Elster, 1986). Por exemplo, alguns bebês são claramente mais sociáveis que outros, empregando formas mais eficazes de estabelecer contato com os pais. Quando as interações são mutuamente satisfatórias, é mais provável que os pais desenvolvam um sentimento de autoconfiança e efetividade, retroalimentando a interação. A partir de uma revisão de literatura, Bosa e

Piccinini (1994) indicaram que o temperamento infantil não parece predizer o padrão de apego mãe-criança (seguro ou inseguro), mas afetaria a maneira pela qual estes padrões são expressos nos comportamentos de apego. Embora não haja consistência entre os achados das pesquisas revisadas sobre a influência do temperamento para a responsividade materna, os autores indicaram uma tendência de que, quanto mais o temperamento da criança for percebido como difícil, menos responsiva será a mãe. Isto pode ser particularmente importante no caso de adolescentes que tendem a perceber seu bebê como sendo de temperamento difícil (Jorgensen, 1993).

A diferença entre o bebê idealizado e o bebê real pode tornar-se fator de risco para a violência, levando eventualmente a práticas disciplinares punitivas por parte de pais e mães (Bolton & Belsky, 1986; Marques, 1999; Reis & Herz, 1987). Para Brazelton e Cramer (1992), as experiências passadas dos pais com seus próprios pais e suas fantasias sobre o bebê influenciam na interação com o bebê, podendo até modificar a percepção dos pais acerca das características do seu filho. Por exemplo, um bebê pode ser visto como um representante de um parente falecido ou como um substituto de um dos avós ou mesmo dos pais. Isto tudo contribuiria para a construção da interação pai-bebê. Neste contexto, o sexo do bebê é um dos aspectos mais freqüentemente idealizado. Alguns estudos sugerem que pais adolescentes, devido à etapa de desenvolvimento da identidade sexual em que se encontram, preferem que o seu bebê seja do sexo masculino (p. ex. Teti & Lamb, 1986). A interação com um bebê do mesmo sexo que o seu reforçaria as tarefas relacionadas ao processo de consolidação da identidade masculina. Para Teti e Lamb, criar uma menina exigiria comportamentos femininos (ex.: brincar de bonecas), que poderiam por isso ser mais evitados pelos adolescentes. Além disto, em várias culturas existe preferência de pais e mães por bebês do sexo masculino. Esta maior valorização da masculinidade pode levar a uma maior responsividade dos pais aos meninos (Parke, 1996).

A qualidade da interação também seria influenciada pela presença de eventos estressantes que podem diminuir a sensibilidade do genitor ao bebê (Christmon, 1990; Lamb & Elster, 1986). Como mencionado anteriormente, o fato dos adolescentes enfrentarem uma paternidade fora do tempo previsto socialmente, pode levá-los a dificuldades adicionais causadas pelo seu isolamento, por preconceitos dos outros em relação a eles e por seus problemas educacionais, profissionais e econômicos, entre outros, ou por dispor talvez de menos recursos pessoais para lidar com os eventos estressantes próprios de qualquer gestação (Russell, 1980).

Outro fator muito influente no comportamento parental do adolescente seria o apoio social (Lamb & Elster, 1986), que pode se dar na forma de auxílio operacional, oferecimento de modelos, reforçamento e estimulação social, assistência financeira e apoio emocional. Uma rede de apoio social eficaz diminuiria a intensidade dos fatores de risco diante dos eventos estressantes ou de algum fator estressor experimentado pelos pais adolescentes, proporcionando proteção (Brito & Koller, 1999). Isto também facilitaria o acesso à informação confiável e à busca de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil. O adolescente se perceberá como mais efetivo em seu papel parental e melhorará sua auto-estima ao entender melhor o bebê e apresentar maior eficácia no cumprimento de tarefas cotidianas de cuidado da criança. A disponibilidade e o fornecimento de uma ajuda prática por parte da rede de apoio social permitiria também aos pais e à criança mais tempo de convívio e lazer. No entanto, o apoio mais importante é certamente o emocional, propiciado principalmente pela família de origem, e que está subjacente a todas as demais manifestações (Jorgensen, 1993).

Assim, os eventos estressantes típicos da transição para a paternidade adolescente poderiam ser aumentados pela necessidade destes pais de atender às demandas próprias da

sua adolescência. Em função disto, os pais adolescentes estariam em uma situação de maior vulnerabilidade para a violência na interação pai-filho, como será discutido a seguir.

Paternalidade adolescente e a violência na interação pai-filho

A paternidade na adolescência pode ter conseqüências não só para o genitor, mas também para a criança, principalmente quando há violência nesta relação. Independente da faixa etária dos genitores, violência no contexto familiar pode ser entendida como “ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (Koller, 1999, p. 33). O tipo mais comum de violência nesta relação é o abandono, em que há ausência de convívio entre pai e filho. Alguns pais, tanto adolescentes como adultos, já na gestação da parceira, não conseguem ou não desejam assumir a responsabilidade por um filho e abandonam a mulher e a criança (Amazarray, Machado, Oliveira & Gomes, 1998; Parke, 1996). Outras formas de violência que podem ser encontradas no contexto familiar, são o abuso sexual, o físico e o psicológico e a negligência (De Antoni & Koller, 2001; Fagot et al., 1998).

Os pais e mães adolescentes estariam em uma situação de desvantagem em relação aos pais e mães adultos, considerados como “padrões ideais” de desempenho de papéis parentais (Bolton & Belsky, 1986). A fase da adolescência gera uma idéia de “falta/falha” em relação à parentalidade adulta. Assim, também a criança gerada por pais adolescentes estaria em uma situação de desvantagem se comparada àquela de um casal adulto. Embora possa se pensar que a situação de desvantagem do adolescente para a paternidade possa levar a uma maior ocorrência de violência na díade pai-filho, se comparada aos pais adultos, não é este o panorama apresentado pelos dados oficiais brasileiros. Conforme os dados do AMENCAR (1999), a idade média do agressor é de 34 anos, com desvio padrão

de 11,8 anos, e das crianças agredidas é de 9,5 anos para os meninos e 11 anos para as meninas. Este dados indicam que não há risco específico de perpetração de violência à criança entre pais adolescentes. No entanto, os fatores de risco que predispõem à violência no contexto familiar de pais e mães adultos podem ser semelhantes aos encontrados no contexto dos adolescentes. Por isto, cabe mencionar estes fatores de risco, para que sejam também considerados nas análises envolvendo a paternidade adolescente.

A etiologia da violência dirigida pelos pais à criança pode ser compreendida como multifatorial. De modo geral, o modelo explicativo mais utilizado nesta forma de violência integra fatores psicológicos, sociais, relacionais e contextuais, relacionados aos próprios pais, às crianças, à dinâmica familiar, à comunidade e à sociedade nas quais estão culturalmente inseridos (Belsky, 1993; Bolton & Belsky, 1986; Kashani & Allan, 1998). Em uma análise ecológica dos vários níveis de contexto, deve-se considerar os fatores de risco e de proteção na avaliação da interação pai-criança. Neste sentido serão abordadas a seguir as características do genitor, da criança e do contexto familiar e social que podem contribuir para a violência intrafamiliar.

Em relação ao genitor, pode-se destacar as suas características psicológicas e fatores biológicos, além da sua história pessoal de vida. As características psicológicas mencionadas como as mais comuns são a agressividade, a impulsividade e a rejeição às normas sociais, caracterizando, muitas vezes, um quadro psicopatológico. O uso de drogas e álcool e o descontrole emocional também são aspectos vistos como variáveis individuais que potencializam o risco para a violência à criança (De Antoni & Koller, 2000a; Farinatti, Biazus & Leite, 1993; Kashani & Allan, 1998). Homens adultos violentos demonstram hostilidade verbal, irritabilidade, ressentimento, raiva e mudança de humor constante (Kashani & Allan, 1998). Outras características psicológicas seriam, segundo Koller (1999), baixa auto-estima e auto-eficácia e habilidades pessoais pobres, tais como:

ausência de empatia, autoritarismo e temperamento difícil. Em relação ao pai adolescente, as questões de dependência com os próprios pais e imaturidade para assumir este novo papel são fatores adicionais que também podem contribuir para as eventuais situações de violência intrafamiliar (Bolton & Belsky, 1986).

Os fatores biológicos associados à violência de genitores a seus filhos podem estar relacionados a determinantes genéticos, a alterações nos níveis de atuação de alguns neurotransmissores (especificamente baixos níveis de serotonina e altos níveis de dopamina), à presença de epilepsia e de disfunção no sistema nervoso central (principalmente da área pré-frontal) ou no sistema endócrino, entre outros (Kashani & Allan, 1998). Já na história de vida de genitores violentos, pode ser encontrado o uso de práticas disciplinares severas entre as gerações (transmissão intergeracional da violência). Neste aprendizado pode ter prevalecido a crença na permissão de atos de violência contra a criança e em sua justificativa como uma prática disciplinar, como o uso da punição física com o objetivo de modificar o comportamento do filho (Belsky, 1993; Kashani & Allan, 1998). Os adolescentes em famílias violentas tendem a utilizar o mesmo método para enfrentar ou resolver conflitos utilizados por seus pais (Kashani & Allan, 1998). Segundo estes mesmos autores, constata-se entre genitores (adolescentes ou adultos) violentos uma dificuldade de resolver conflitos e lidar com crises. Muitas vezes, as frustrações acabam sendo dirigidas à criança, que passa a ser vista como a “culpada” por situações frustrantes e assim, causadora do sofrimento. No caso específico de adolescentes, a falta de prontidão e a imaturidade psicológica, aliados à presença de eventos estressores, poderiam potencializar a frustração e a raiva. O resultado desta interação entre pai e filho poderá ser a violência à criança, pois é a única pessoa que pode ser dominada neste momento de grandes conflitos e instabilidade (Bolton & Belsky, 1986).

Quanto às características do bebê, são citados como fatores de risco para a violência, a prematuridade, o baixo peso ao nascer, as complicações na gravidez, a deficiência mental, as disfunções neurológicas, que podem levar à letargia, hipersensibilidade ou à falta de responsividade, e o nascimento em famílias numerosas, especialmente nas de nível sócio-econômico baixo (Bolton & Belsky, 1986). Segundo estes autores, bebês que apresentam estas condições tendem a responder pouco aos pais, o que pode criar dificuldades para a interação. Além disto, bebês com temperamento difícil podem dificultar/afetar o funcionamento parental. Para Bolton e Belsky (1986), a presença destas condições do bebê também pode afetar a confiança parental, no momento em que as tarefas de cuidado são mais difíceis de serem realizadas e os eventos estressores tornam-se constantes. É claro que o temperamento do bebê também é, pelo menos em parte, uma função de como os pais o percebem (isto é, como sendo difícil ou não). De qualquer modo, o temperamento infantil pode potencializar situações difíceis para a interação pai-bebê, especialmente no caso de pais adolescentes, que como já foi assinalado acima, tenderiam a classificar mais freqüentemente o temperamento de seus filhos como sendo difícil (Jorgensen, 1993). Isto ocorreria pelo seu desconhecimento do desenvolvimento infantil, que o levaria a criar expectativas irreais sobre como a criança é (Reis & Herz, 1987; Robinson, 1988).

Os aspectos contextuais e relacionais estariam, em um nível ecológico mais amplo, associados à família e à comunidade. Entre estes, a família é identificada como o fator de proteção mais efetivo. No entanto, no microsistema familiar podem existir indicadores de risco para a violência, que estariam relacionados a fatores internos e externos a este contexto. Entre os fatores internos pode-se destacar as inter-relações estabelecidas, nas quais há hostilidade, falta de diálogo, segredos, desconfiança e a forma como são compreendidos e desempenhados os papéis familiares (De Antoni & Koller, 2000b).

Também pode ocorrer a falta de contato do pai com a criança, impedido pela mãe ou pela família dela (Cervera, 1994; Furstenberg, 1980). Além disso, para Cicchetti e Toth (1995), a violência estaria relacionada à qualidade da relação de apego e à representação interna dos modelos das figuras de apego, do eu e do eu em relação aos outros. Os fatores externos à família que são vistos como indicadores de risco para a violência são as práticas sociais, econômicas, de trabalho (desemprego ou subemprego), de saúde e de segurança vigentes nos vários contextos nos quais a família de pais adolescentes ou adultos se insere. No caso do pai adolescente, há um descaso no atendimento dos serviços de saúde e social. Estes sistemas constantemente influenciam e reforçam os fatores de risco internos existentes no contexto familiar (Belsky, 1993; Bolton & Belsky, 1986; Cicchetti & Toth, 1995).

A relação dinâmica que se estabelece entre os fatores internos e externos familiares pode desencadear comportamentos intrafamiliares adaptativos ou comprometer a saúde física e/ou emocional dos membros da família ou da família como um todo (Walsh, 1996). O termo “adaptativo” neste contexto se refere à capacidade de mudança em prol do desenvolvimento saudável da pessoa e do sistema no qual ela está inserida. A paternidade adolescente pode desencadear diversas reações na família, ocasionadas pela mudança que ocorre nestas relações e pela transição abrupta de papéis dos pais e dos filhos - o filho adolescente passa a ser pai e os pais do adolescente passam a ser avós (Furstenberg, 1980). Por ser adolescente e pai, ele tem necessidade de ser independente e autônomo, no entanto, na situação de paternidade, vê-se mais dependente emocional e financeiramente dos seus próprios pais (Young, 1988). Além disso, poderá haver despreparo dos recentes pais e dos avós para lidar com esta nova situação, o que poderá levar a conflitos (Furstenberg, 1980). Por outro lado, os pais do adolescente poderão auxiliá-lo a enfrentar e a assumir suas responsabilidades, estimulando-o na continuidade dos estudos e na aquisição de um trabalho, conforme suas aptidões (Trindade & Bruns, 1999).

Cabe ressaltar que, dentre os poucos estudos encontrados sobre a violência na interação entre pai adolescente e o seu filho, não se verifica uma consistência entre os achados. A revisão da literatura realizada por Stevens-Simon e Nelligan (1998) indicou que há maior probabilidade de ocorrência de violência entre filhos de pais e mães adolescentes. No estudo de Fagot e colaboradores (1998), os filhos de adolescentes que eram na maioria prematuros, haviam sofrido graves danos corporais. Já os achados de Reis e Herz (1987) apoiaram parcialmente a hipótese de que, quanto mais novos os genitores, menos competentes seriam como pais, apresentando práticas punitivas e avaliação distorcida das necessidades e/ou problemas da criança. No entanto, o estudo de Harris (1998) não corrobora a hipótese de que quanto mais novo o pai, mais freqüentemente ele usaria práticas disciplinares punitivas na interação com a criança. Estes achados estão em concordância com a análise feita por Massat (1995) de registros oficiais de violência entre pais e filhos nos Estados Unidos, que revelou que os pais adolescentes não formam uma amostra representativa destes pais. Entre os inúmeros fatores de proteção que podem contribuir para evitar a violência, um deles parece ser a qualidade da relação afetiva entre o pai e a mãe adolescente. No estudo de Cutrona, Hessling, Bacon e Russell (1998), poucos foram os registros de acidentes, injúrias ou pedidos de investigação de abuso infantil ou negligência nos casais adolescentes que mantiveram uma relação afetiva.

Embora vários autores sugiram que existiria uma relação entre a paternidade adolescente e a existência de fatores de risco para a violência, as evidências empíricas são muito contraditórias. Estas inconsistências podem ser parcialmente explicadas pelo fato de que o adolescente poderá dispor de mecanismos de proteção que amenizarão a intensidade e severidade do risco, como a sua capacidade de resiliência frente a eventos estressores, as estratégias de *coping* utilizadas para lidar com estas situações estressantes e a presença de uma rede de apoio social e afetivo, que inclui uma família coesa e participante. Desse

modo, poderá estabelecer uma interação adequada com seu bebê, na qual inexistam comportamentos violentos.

Considerações finais

A partir desta revisão, constatou-se a escassez de estudos sobre o tema da paternidade adolescente e o risco para a ocorrência de violência na interação com o bebê. Os estudos encontrados foram em geral realizados nos Estados Unidos e não foram localizados estudos ou textos brasileiros específicos sobre esta temática. Dessa forma, percebe-se que os pais adolescentes não têm recebido a devida atenção dentro do meio acadêmico nacional, com raras exceções (i.e. Fonseca, 1997; Levandowski, 2001a; Trindade & Bruns, 1999).

Em função do número reduzido de estudos, muitas vezes são estendidos a esta população conhecimentos obtidos com pais adultos. Deve-se ter cautela nesta prática, pois muitos fatores diferenciados e peculiares à faixa etária estão envolvidos, como os diferentes contextos que estas pessoas frequentam e que formam a sua rede de apoio social e afetivo. Cabe, então, uma atitude crítica frente a afirmações, muitas veiculadas na literatura científica e no meio social, que não correspondem à realidade dos pais adolescentes e vêm carregadas de estereótipos e preconceitos.

Embora alguns autores apontem para os riscos de violência em situações envolvendo a paternidade adolescente, poucos são os estudos e as evidências que apóiam esta relação. De fato, a violência é um fenômeno multidimensional e, embora a paternidade de jovens possa contribuir para o seu surgimento, diversos fatores de proteção podem coexistir, dificultando e impedindo o surgimento de violência nestas situações.

De qualquer modo, deve-se incentivar a realização de novos estudos que examinem cuidadosamente a existência de fatores de risco para a violência contra a criança. Cabe também se pensar em propostas preventivas que valorizem e incrementem os fatores de proteção que com certeza poderão amenizar os eventuais sofrimentos de todos os envolvidos com a situação da parentalidade na adolescência.

Referências

- ALLEN, William D. & DOHERTY, William J. (1996). The responsibilities of fatherhood as perceived by African American teenage fathers. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*, 77 (3), 142-155.
- AMAZARRAY, Mayte R., MACHADO, Paula S., OLIVEIRA, Viviane Z. & GOMES, William B. (1998). A experiência de assumir a gestação na adolescência: um estudo fenomenológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (3), 431-440.
- AMENCAR (1999). *Violência doméstica*. Brasília: UNICEF.
- BELSKY, Jay (1993). Etiology of child maltreatment: a developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.
- BELSKY, Jay & MILLER, Brent C. (1986). Adolescent fatherhood in the context of the transition to parenthood. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Eds.), *Adolescent fatherhood* (pp. 107-121). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- BOLTON, Frank G. & BELSKY, Jay (1986). The adolescent father and child maltreatment. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Eds.), *Adolescent fatherhood* (pp. 123-140). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- BOSA, Cleonice & PICCININI, Cesar (1994). Temperamento infantil e apego mãe-criança: considerações teóricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (2), 193 – 212.
- BRAZELTON, T. Berry & CRAMER, Bertrand G. (1992). *As primeiras relações*. Trad. M. B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes. Original publicado em 1990.
- BRITO, Raquel Cardoso & KOLLER, Silvia Helena (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp.115-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- BUCHANAN, Mary & ROBBINS, Cynthia (1990). Early adult psychological consequences for males of adolescent pregnancy and its resolution. *Journal of Youth and Adolescence*, 19 (4), 413-424.
- CABRERA, Natasha J., TAMIS-LEMONDA, Catherine S., BRADLEY, Robert H., HOFFERT, Sandra & LAMB, Michael E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71 (1), 127-136.
- CERVENY, Ceneide (1996). Gravidez na adolescência: uma perspectiva familiar. *Coletâneas da ANPEPP: Família e Comunidade*, 1 (2), 35-50.
- CERVERA, Neil (1994). Family change during an unwed teenage pregnancy. *Journal of Youth and Adolescence*, 23 (1), 119-140.
- CHRISTMON, Kenneth (1990). Parental responsibility and self-image of African American teenage fathers. *Families in Society*, 71 (9), 563-567.
- CICCHETTI, Dante & TOTH, Sheree. (1995). A developmental psychopathology perspective on child abuse and neglect. *Journal of the American Academic of Child and Adolescence Psychiatry*, 34, 541-562.
- COLEY, Rebekah L. & CHASE-LANSDALE, P. Lindsay (1998). Adolescent pregnancy and parenthood: recent evidence and future directions. *American Psychologist*, 53 (2), 152-166.
- COWAN, Philip A., COWAN, Carolyn P. & SCHULZ, Mark (1996). Thinking about resilience in families. In E. M. Hetherington & E. A. Blechmann (Eds.), *Stress, coping, and resilience in children and families* (pp. 1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- CUTRONA, Carolyn E., HESSLING, Robert M., BACON, Pamela L. & RUSSELL, Daniel W. (1998). Predictors and correlates of continuing involvement with the baby's father among adolescent mothers. *Journal of Family Psychology*, 12 (3), 369-387.

- DALLAS, Constance M. & CHEN, Shu-Pi C. (1998). Experiences of African American adolescent fathers. *Western Journal of Nursing Research*, 20(2), 210-222.
- DE ANTONI, Clarissa & KOLLER, Silvia Helena (2000a). Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. *Psico*, 31 (1), 39-66.
- DE ANTONI, Clarissa & KOLLER, Sílvia Helena (2000b). A visão de adolescentes sobre família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5 (2), 347-381.
- DE ANTONI, Clarissa & KOLLER, Silvia Helena (2001). O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21 (1), 14-29.
- DEARDEN, Kirk; HALE, Christiane & ALVAREZ, Jose (1992). The educational antecedents of teen fatherhood. *British Journal of Educational Psychology*, 62 (1), 139-147.
- DELLMANN-JENKINS, Mary, SATTLER, Susan H. & RICHARDSON, Rhonda A. (1993). Adolescent parenting: a positive, intergenerational approach. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*, 74 (10), 590-601.
- DENNISON, Catherine & COLEMAN, John (1998). Teenage motherhood: Experiences and relationships. In Susan Clement (Ed.), *Psychological perspectives on pregnancy and childbirth* (pp. 245-263). London: Churchill Livingstone.
- DIMENSTEIN, Gilberto (1999, 15 de Maio). *Desinformação provoca riscos sexuais*. Jornal Folha de São Paulo, Seção Cotidiano, p. 05.
- ELSTER, Arthur B. & HENDRICKS, Leo (1986). Stresses and coping strategies of adolescent fathers. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Eds.), *Adolescent fatherhood* (pp. 55-65). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

- ELSTER, Arthur B. & LAMB, Michael E. (1986). *Adolescent fatherhood*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- ELSTER, Arthur B. & PANZARINE, Susan (1983). Teenage fathers: stresses during gestation and early parenthood. *Clinical Pediatrics*, 22 (10), 700-703.
- ERIKSON, Erik (1976). *Identidade, juventude e crise* (2ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- FAGOT, Beverly I., PEARS, Katherine C., CAPALDI, Deborah M., CROSBY, Lynn & LEVE, Craig S. (1998). Becoming an adolescent father: precursors and parenting. *Developmental Psychology*, 34 (6), 1209-1219.
- FARINATTI, Franklin A., BIAZUS, D. B. & LEITE, M. B. (1993). *Pediatria social: A criança maltratada*. São Paulo: Medsi.**
- FONSECA, Jorge L. (1997). *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- FURSTENBERG, Frank F. (1980). Burdens and benefits: the impact of early childbearing on the family. *Journal of Social Issues*, 36 (1), 64-87.
- HARRIS, Jewel L. J. (1998). Urban African American adolescent parents: their perceptions of sex, love, intimacy, pregnancy and parenting. *Adolescence*, 33 (132), 833-844.
- HENDRICKS, Leo E. (1988). Outreach with teenage fathers: a preliminary report on three ethnic groups. *Adolescence*, XXIII (91), 711-720.
- HILL, John P. (1980). *Understanding early adolescence: A framework*. Chapel Hill, NC: Center for Early Adolescence.
- JORGENSEN, Stephen R. (1993). Adolescent pregnancy and parenting. In R. Montmayer (Ed.), *Adolescent sexuality* (pp. 103-140). London: Sage.

- KASHANI, Javad & ALLAN, Wesley (1998). The impact of family violence on children and adolescents. *Developmental clinical psychology and psychiatry*, 37. Thousand Oaks, CA: Sage.
- KISELICA, Mark S. & PFALLER, Joan (1993). Helping teenage parents: the independent and collaborative roles of counselor educators and school counselors. *Journal of Counseling & Development*, 72 (1), 42-48.
- KOLLER, Silvia Helena (1999). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In AMENCAR (Ed.), *Violência doméstica* (pp. 32-42). Brasília: UNICEF.
- LAMB, Michael E. & ELSTER, Arthur B. (1986). Parental behavior of adolescent mothers and fathers. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Eds.), *Adolescent fatherhood* (pp. 89-106). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- LANDY, Sarah, SCHUBERT, Josef, CLELAND, John, CLARK, Camillia & MONTGOMERY, Jacquelin S. (1983). Teenage pregnancy: family syndrome? *Adolescence*, XVIII (71), 679-694.
- LEVANDOWSKI, Daniela C. (2001a). Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*, 6 (2), 195 – 209.
- LEVANDOWSKI, Daniela C. (2001b). *Paternidade na adolescência: expectativas, sentimentos e a interação com o bebê*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, Brasil.
- LEVANDOWSKI, Daniela C. & PICCININI, Cesar (2002a). A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (2), no prelo.
- LEVANDOWSKI, Daniela C. & PICCININI, Cesar (2002b). *Paternidade na adolescência: O estado do arte*. Manuscrito submetido à publicação.

- LEWIS, Melvin & VOLKMAR, Fred R. (1993). *Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência* (3 ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- MARQUES, Alessandra (1999). *Competência social, empatia e representação mental da relação de apego em famílias em situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil.
- MARSIGLIO, William (1986). Teenage fatherhood: high school completion and educational attainment. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Orgs.), *Adolescent fatherhood* (pp. 67 – 88). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- MASSAT, Carol R. (1995). Is older better? Adolescent parenthood and maltreatment. *Child Welfare*, 74 (2), 325-336.
- MASTEN, Ann & GARMEZY, Norman (1985). Risk, vulnerability and, protective factors in developmental psychopathology. In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (pp. 1-52). New York: Plenum Press.
- MCARNEY, Elizabeth R., LAWRENCE, Ruth A., ATEN, Marilyn J. & IKER, Howard P. (1984). Adolescent mother and their infants. *Pediatrics*, 73 (3), 358-362.
- MCKINNEY, John P., FITZGERALD, Hiram E. & STROMMEN, Ellen A. (1977). *Developmental psychology: The adolescent and young adult*. Homewood, IL: Dorsey.
- MONTMAYOR, Raymond (1986). Boys as fathers: Coping with the dilemmas of adolescence. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Eds.), *Adolescent fatherhood* (pp. 1-18). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- NOCK, Steven L. (1998). The consequences of premarital fatherhood. *American Sociological Review*, 63 (2), 250-263.
- NUNES, Carlos Eduardo G. (1998). Adolescência e paternidade: um duelo de papéis sociais. *Psico*, 29 (1), 125-138.

- OUTEIRAL, José O. (1994). *Adolescer: estudos sobre adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- PARKE, Ross D., POWER, Thomas G. & FISHER, Teresa (1980). The adolescent father's impact on the mother and child. *Journal of Social Issues*, 36 (1), 88-106.
- PARKE, Ross. (1996). *Fatherhood*. Cambridge: Harvard University Press.
- PIAGET, Jean & INHELDER, Barbel (1976). *Da lógica da criança à lógica do adolescente: ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais*. São Paulo: Pioneira. (Original publicado em 1970).
- PICCININI, Cesar; RAPOPORT, Andréia; LEVANDOWSKI, Daniela C. & VOIGT, Patrícia R. (2002). *Apoio social percebido entre mães adolescentes e adultas*. Manuscrito submetido à publicação.
- REIS, Janet S. & HERZ, Elicia J. (1987). Correlates of adolescent parenting. *Adolescence*, XXII_(87), 599-609.
- ROBINSON, Bryan E. (1988). Teenage pregnancy from the father's perspective. *American Journal of Orthopsychiatry*, 58 (1), 46 – 51.
- ROBINSON, Bryan E. & BARRET, Robert L. (1982). Issues and problems related to the research on teenage fathers: a critical analysis. *The Journal of School Health*, 52 (10), 596-600.
- RUTTER, Michel (1990). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In M. Rutter (Ed.), *Risk and protective factors in the development of psychopathology*. New York: Cambridge University Press.
- RUSSELL, Candice S. (1980). Unscheduled parenthood: transition to 'parent' for the teenager. *Journal of Social Issues*, 36 (1), 45-63.
- SOARES, Isabela (1999, 21 de Novembro). *Gravidez precoce: Gestações jovens estão sem controle*. Jornal Zero Hora, Seção Geral, pp. 47-49.

- STEINBERG, Laurence (1993). *Adolescence* (3 ed.). New York: McGraw-Hill.
- STEVENS-SIMON, Catherine & NELLIGAN, Donna (1998). Strategies for identifying and treating adolescents at risk for maltreating their children. *Agression and Violent Behavior*, 3 (2), 197-217.
- STOUTHAMER-LOEBER, Magda & WEI, Evelyn H. (1998). The precursors of young fatherhood and its effect on delinquency of teenage males. *Journal of Adolescent Health*, 22 (1), 56-65.
- SZYMANSKI, Heloísa (1997). Teorias e “teorias” e famílias. In **M. C. B. Carvalho** (Ed.), *A família contemporânea em debate* (pp.115-126). São Paulo: Press Gráfico.
- TETI, Douglas M. & LAMB, Michael E. (1986). Sex-role learning and adolescent fatherhood. In Arthur B. Elster & Michael E. Lamb (Eds.), *Adolescent fatherhood* (pp. 19-30). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- TRINDADE, Erika & BRUNS, Maria Alves de T. (1999). *Adolescentes e paternidade: Um enfoque fenomenológico*. Ribeirão Preto: Holos.
- WALSH, Froma (1996). The concept of family resilience: crisis and challenge. *Family Process*, 35, 261-281.
- WESTNEY, Ouida E., COLE, O. Jackson & MUNFORD, Theodosia L. (1986). Adolescent unwed prospective fathers: readiness for fatherhood and behaviors toward the mother and the expected infant. *Adolescence*, XXI (84), 901-911.
- YOUNG, Marybeth (1988). Parenting during mid-adolescence: a review of developmental theories and parenting behaviors. *Maternal Child Nursing Journal*, 17(1), 1-12.
- ZAMBERLAN, Maria A. T., CAMARGO, Francisca & BIASOLI-ALVES, Zélia M. M. (1997). Interações na família: Revisões empíricas. In M. A. T. Zamberlan & Z. M. M. Biasoli-Alves (Eds.), *Interações familiares: Teoria, pesquisa e subsídios à intervenção* (pp.39-57). Londrina: UEL.

Sobre os autores:

Daniela Centenaro Levandowski é Psicóloga (PUCRS), Mestre e Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Cesar Piccinini. Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC/Chapecó) e da Universidade de Caxias do Sul (UCS/NUCAN).

Clarissa De Antoni é Psicóloga, Especialista em Psicologia Social (PUCRS), Mestre e Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Sílvia Helena Koller. Membro do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/UFRGS), desde 1996. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário e Cidadania e da Equipe de Pesquisa sobre violência e resiliência familiar do CEP-RUA/UFRGS.

Sílvia Helena Koller é Psicóloga, Doutora em Educação, Pesquisadora do CNPq e Professora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/UFRGS).

Cesar Augusto Piccinini é Doutor pela *University College London* (Inglaterra), Pesquisador do CNPq, Professor do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.